

Desafios e possibilidades na inclusão de alunos e alunas com TEA nas aulas de Educação Física

Challenges and possibilities in the inclusion of students with ASD in Physical Education classes

Retos y posibilidades en la inclusión de alumnos con TEA en las clases de Educación Física

Recebido: 17/07/2022 | Revisado: 29/07/2022 | Aceitado: 04/08/2022 | Publicado: 16/10/2022

Raquel Pessoa Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8896-4060>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: tutucarpt@gmail.com

Luciane Sanchotene Etchepare Daronco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9726-5982>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: lusanchotene@ufsm.br

Resumo

Atualmente podemos observar que muito tem se falado sobre inclusão, sendo esta entendida de várias formas. No presente estudo abordaremos a inclusão escolar, mais precisamente de alunos e alunas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física. Tendo em vista a crescente demanda de alunos com o transtorno ingressando nas escolas regulares e a inquietação dos profissionais que muitas vezes não se sentem preparados para desenvolver suas práticas, esta pesquisa tem como objetivo geral informar e auxiliar os profissionais na inclusão dos alunos com TEA nas aulas de Educação Física. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa em que foram utilizados como fontes alguns livros relacionados ao tema, bem como artigos publicados nas plataformas Google Acadêmico a partir do ano de 2015 até 2022. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo de Bardin. Intenciona-se que com a apresentação dos tópicos haja mais esclarecimento aos profissionais envolvidos na aprendizagem de alunos e alunas com TEA e, dessa forma, percebam que a inclusão é possível desde que aconteça a ressignificação das suas práticas.

Palavras-chave: Processo inclusivo; Autismo; Educação física escolar.

Abstract

This paper aims to present qualitative bibliographic research where we address school inclusion, more precisely of students in Autism Spectrum Disorder (ASD) in physical education classes. The research is made by using books related to the topic being used as the main source, as well as articles published on Google academic platforms from the years 2015 to 2022. Considering that currently we can see that much has been said about inclusion, which can be understood in many ways, in view of the growing demand of students with ASD joining regular schools and the concern of professionals who often do not feel prepared to develop their practices. This research has the general objective of informing and assisting these professionals in the inclusion of students with ASD in class. The data were analyzed based on Bardin's content analysis. It is intended that with the presentation of these topics there is a greater clarification on the part of the professionals involved in the learning of students with ASD and that they realize that inclusion is possible as long as the re-signification of their practices takes place.

Keywords: Inclusion; Autism spectrum disorder; Physical education.

Resumen

Actualmente podemos ver que mucho se ha hablado sobre la inclusión, la cual es entendida de diversas formas, en el presente estudio abordaremos la inclusión escolar, más precisamente de los alumnos con TEA en las clases de educación física. Ante la creciente demanda de alumnos con el trastorno que ingresan a las escuelas regulares y la preocupación de los profesionales que muchas veces no se sienten preparados para desarrollar sus prácticas, esta investigación tiene como objetivo general informar y auxiliar a los profesionales en la inclusión de alumnos con TEA en las clases de educación física. Se trata de una investigación bibliográfica cualitativa donde se utilizaron como fuentes algunos libros relacionados con el tema, así como artículos publicados en las plataformas académicas de Google desde el año 2015 al 2022. Los datos fueron analizados a partir del análisis de contenido de Bardin. Se pretende que con la presentación de los temas haya una mayor clarificación por parte de los profesionales involucrados en el aprendizaje de los estudiantes con TEA y que se den cuenta de que la inclusión es posible en la medida en que se produzca la resignificación de sus prácticas.

Palabras clave: Proceso inclusivo; Autismo; Educación física escolar.

1. Introdução

Vivemos numa sociedade contemporânea cada vez mais diversa. Do ponto de vista de Mantoan (2003), diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Essa diversidade chega às escolas e se apresenta de várias formas que podem ser relativas a raça, condições financeiras, opção sexual, bem como diversidade na aprendizagem, já que há alunos que conseguem aprender mais rápido, enquanto outros nem tanto e há também os que possuem deficiências. De acordo com Crochík (2012), é por meio da educação e da formação que podemos ser diversos, diferenciados, pois sem a formação somos semelhantemente grosseiros, rudimentares, primitivos.

Assim, o presente estudo abordou os desafios e as possibilidades na inclusão de alunos e alunas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física. O autismo é um transtorno no desenvolvimento que dura a vida toda e impacta a maneira como a pessoa se comunica e se relaciona com as outras (Kirst, 2015).

Pode-se observar que, dentro da escola, existem muitos profissionais preocupados em desenvolver suas práticas de maneira satisfatória, fazendo com que seus alunos realmente aprendam, mas encontram muitos desafios pelo caminho. Em vista disso, este estudo tem por objetivo informar e auxiliar os profissionais na inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação Física.

Devido a vários fatores, dentre eles a facilidade nos diagnósticos, a informação sobre os direitos e a evidência nas mídias, observa-se um aumento significativo de alunos e alunas com TEA ingressando nas escolas regulares, entretanto nem sempre estas estão preparadas para recebê-los. Segundo Cunha (2020), o ensino regular cumpre seu papel quando atende à diversidade discente com equidade, sem preconceitos, observando as especificidades de cada indivíduo, buscando sua formação integral. De acordo com o autor, Cunha (2020, p.17): “O professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício, mas também em razão da função social do seu papel. O professor precisa ser valorizado, formado e capacitado”.

Refletindo sobre a importância da capacitação dos profissionais, este estudo tem como objetivos específicos: discutir sobre a inclusão; definir o que é o TEA; identificar os benefícios da Educação Física na vida dos alunos com TEA e conhecer as leis que amparam as pessoas com TEA.

No âmbito da escola, das formações docentes e das legislações educacionais, fala-se muito sobre inclusão, mas é preciso entendê-la efetivamente. Já tivemos muitos avanços se compararmos ao que era a educação de pessoas com deficiência há alguns anos, porém ainda há muito que se conquistar. Segundo sinaliza Mantoan (2003), a inclusão implica mudança desse atual paradigma educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo.

Após a fundamentação sobre inclusão, é importante saber o que é o TEA. Este corresponde a um transtorno que dura a vida toda, de forma que não se sabe ao certo suas causas e cada pessoa autista é diferente da outra, contudo o diagnóstico precoce, o tratamento especializado e a educação adequada propiciam mais independência e melhoram a qualidade de vida em qualquer nível de autismo (Cunha, 2012).

Aqui vale ressaltar a importância Educação Física no desenvolvimento de alunos e alunas com TEA. Para tanto, enfatiza-se a busca pela autonomia, a melhora na coordenação e demais habilidades motoras, a interação com colegas, professores e comunidade escolar, as trocas, as possibilidades existentes nas aulas de Educação Física, salientando que é imprescindível a parceria entre escola e família.

Por fim, abordaremos as leis que amparam as pessoas com autismo. Destacam-se a Constituição Federal de 1988 e outras leis e decretos que foram surgindo como a Declaração de Salamanca de 1994; a Lei 9.394 (LDB) de 1996; a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência de 1999; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; a Lei 13.146 de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa

com Deficiência); a Lei Berenice Piana, 12.764 de 2012; a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion, e o decreto que foi lançado dia 05 de abril de 2021 pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA), também chamada de TEAcolhe.

Intenciona-se que, através da compreensão desses tópicos que serão abordados, os profissionais envolvidos na aprendizagem de alunos e alunas com TEA tenham mais esclarecimento em relação à inclusão desses estudantes. Assim, espera-se que, ao entender um pouco mais sobre o transtorno e cientes das leis que amparam os direitos dos alunos e das alunas, os profissionais percebam a Educação Física como mais uma possibilidade de intervenção positiva na vida das pessoas com TEA.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consiste na pesquisa bibliográfica, a qual, de acordo com Gil (2002), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Foram utilizados como fontes de pesquisa alguns livros relacionados ao tema, bem como artigos publicados nas plataformas *Google Acadêmico* do período de 2015 até 2022, a partir dos descritores: inclusão, autismo e Educação Física. Após o material ser lido, analisado e interpretado, foram feitas fichas com os conteúdos mais importantes para serem utilizados na fundamentação teórica.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, utilizando-se a metodologia baseada na análise de conteúdo de Bardin, a qual pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (Bardin, 2016).

Prosseguindo, passamos para a argumentação e os efeitos deste estudo.

3. Resultados e Discussão

A seguir apresentaremos as categorias de análise, organizadas em tópicos de relevância que estão relacionados entre si para informar e auxiliar os profissionais interessados, são eles: entendimento sobre inclusão, o que é TEA, benefícios da Educação Física na vida dos alunos com TEA e leis que amparam as pessoas com TEA.

3.1 Entendimento sobre inclusão

A sociedade mudou muito ao longo do tempo e trouxe para os dias atuais mais visibilidade em relação à deficiência, mas, mesmo assim, ainda encontra-se muitas barreiras para que a inclusão aconteça de fato. O termo “inclusão” pode ter vários significados dependendo da área a que está ligada, aqui se discute sobre a inclusão escolar que, segundo Mendes (2017), nos remete à questão da escola, que é justamente o aspecto central do movimento que hoje se observa no tocante à escolarização de estudantes do Público Alvo da Educação Especial (PAEE).

Assim, para entender a inclusão é importante compreender o processo histórico a respeito da pessoa com deficiência, o qual passou por quatro fases. De acordo com Neto et al. (2018), anterior ao século XIX, a primeira fase era da exclusão, ou seja, qualquer pessoa que não estivesse no padrão de comportamento e de desenvolvimento instituído pela sociedade era totalmente excluída. Logo depois, no início do século XIX, veio a fase da segregação que separava os indivíduos de acordo com diagnósticos em quociente intelectual (Neto et al., 2018). Segundo os mesmos autores, a partir da década de 1970, na terceira fase, constituiu-se a etapa da integração, quando o portador de deficiência começou a ter acesso à classe regular, desde que se adaptasse e não causasse nenhum transtorno ao contexto escolar.

A fase da integração foi considerada um avanço, pois neste momento surgiram movimentos que ocasionaram várias mudanças na Educação Especial. Esses movimentos levaram à quarta fase, a da inclusão, que, de acordo com Neto et al. (2018), é um processo que amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Portanto, a

inclusão resulta da longa trajetória histórica que foi construída por todos ao longo dos anos, num processo marcado pela segregação, discriminação e até morte.

Mesmo vivendo na fase da inclusão, precisa-se estar atento enquanto profissional ao que acontece na escola, porque ainda pode haver uma confusão entre inclusão e integração.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar (Mantoan, 2003, p.16).

A partir desses pressupostos, pode-se refletir que, na verdade, há muito a fazer para que a inclusão escolar realmente aconteça de forma efetiva, isto é, são necessárias mudanças de paradigmas que demandam muita vontade das pessoas envolvidas. Em vista disso, as instituições escolares precisam estar preparadas para receber os alunos e as alunas com deficiência, tanto em relação à parte arquitetônica, quanto no que diz respeito à formação dos profissionais, sendo esta uma das maiores preocupações. É importante que haja uma ressignificação das práticas, um olhar diferenciado para o aluno com deficiência e, acima de tudo, muito afeto.

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (Mantoan, 2003, p.18).

Assim, pode-se perceber que, para fazer a inclusão acontecer, é necessário que se faça o inusitado, embora na maioria das vezes não seja assim. Para Mantoan (2003), as grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer. Então precisam ser mostradas e compartilhadas as práticas com as demais pessoas envolvidas no processo para que haja a aceitação e a concretização delas.

Após entender um pouco sobre inclusão, percebe-se a necessidade de saber sobre a deficiência do aluno ou da aluna com quem vamos trabalhar. Neste caso, abordou-se o TEA, um transtorno que, apesar dos estudos feitos até hoje, ainda causa muitas dúvidas àqueles que convivem com pessoas com esse diagnóstico.

3.2 O que é TEA?

O processo de inclusão do aluno com deficiência envolve o conhecimento por parte dos profissionais do diagnóstico do estudante, neste caso o TEA:

De acordo com o DSM – IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, quarta edição), o autismo refere-se a um transtorno no qual as pessoas manifestam as seguintes características: prejuízos na interação social, problemas de comunicação e atividades e interesses repetitivos, estereotipados e limitados. (Whitman, 2015, p. 28).

Para Kirst (2015), trata-se da condição de um espectro, o que significa que, apesar de todas as pessoas com autismo terem certas dificuldades em comum, as condições vão afetá-las de maneiras diferentes.

O TEA é um transtorno do desenvolvimento que dura a vida toda e pode afetar vários aspectos da pessoa. De acordo com Cunha (2012), o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas e repetitivas. Cada pessoa autista pode manifestar esses déficits de uma forma diferente, por isso dizemos que cada pessoa autista é diferente da outra.

Hoje em dia existem vários métodos, terapias e intervenções que podem ser realizadas com pessoas com TEA, que vêm auxiliando muito no desenvolvimento de uma forma geral. Ainda, algumas características que eram tidas como comuns a todos os autistas foram amenizadas e muitas vezes nem acontecem. Assim, compreendemos que as

características universais usadas no diagnóstico do autismo, assim como outras (por exemplo, sensoriais, motoras e emocionais), são manifestadas habitualmente, embora não de forma universal. As categorias gerais de características a serem descritas na ordem de sua apresentação, incluem: problemas de processamento sensorial; disfunções motoras; problemas de estimulação/ativação; deficiências cognitivas; problemas com a interação social; deficiência com a linguagem; interesses, atividades e comportamentos repetitivos, restritos e estereotipados (autorregulação); problemas de comportamento; características físicas/médicas. (Whitman, 2015, p. 57).

As primeiras pesquisas relacionadas ao autismo foram feitas em 1943 por Léo Kanner, psiquiatra austríaco, naturalizado americano. Desde lá muito se tem estudado sobre o transtorno e mesmo assim existem muitas dúvidas em relação a ele, principalmente no que diz respeito às suas causas.

Apesar do autismo não ter cura, tem tratamentos que podem melhorar muito a qualidade de vida das pessoas e que envolvem intervenções e o trabalho em conjunto de vários profissionais. Quanto antes começarem as estimulações, melhores serão os resultados relacionados ao desenvolvimento da pessoa com autismo. Há alguns anos, o autismo era mais difícil de ser diagnosticado, mas com o desenvolvimento de mais estudos relacionados a esse transtorno, diante do avanço da própria medicina e devido à evidência nas mídias pode-se notar o aumento e uma maior facilidade no diagnóstico.

Logo, pode-se perceber um aumento significativo de alunos com TEA ingressando nas escolas e a Educação Física pode ajudar muito no desenvolvimento desses estudantes, por isso relataremos adiante seus benefícios.

3.3 Benefícios da Educação Física na vida dos alunos com TEA

A Educação Física tem em sua história uma ligação muito forte com a competição e com a busca por melhores resultados. De acordo com Alves e Duarte (2019), o processo histórico de estruturação da Educação Física como componente curricular tem suas raízes fundadas na execução e performance de habilidades motoras.

Apesar de ter como base a cultura corporal de movimento, a realidade da Educação Física brasileira ainda apoia fortemente suas práticas em modalidades esportivas convencionais (basquete, vôlei, handebol e futebol). Sendo assim, a inclusão nas aulas de Educação Física demanda reflexão sobre as exigências deste conteúdo curricular e as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência. (Alves & Duarte, 2019, p. 9).

Quando se fala em inclusão, esse viés adotado comumente nas aulas deve ser revisto, pois, muito mais que competição, entram em jogo as possibilidades de cada aluno ou aluna. Nesse sentido, destaca-se que a Educação Física pode ajudar e muito no desenvolvimento das pessoas com TEA, desde que seja trabalhada de forma diferenciada, com foco naquilo que o aluno consegue fazer e, a partir daí, evoluir para atividades mais complexas.

De acordo com Alves e Duarte (2019), o ponto central da inclusão nas aulas de Educação Física deve ser a aprendizagem significativa para todos os alunos. Para tanto, professores precisam compreender o aspecto subjetivo da inclusão.

Dessa forma, o(a) professor(a) deve possibilitar ao aluno que este dê seus próprios passos, isto é, deve deixar que ele experimente e crie estratégias próprias para vencer os desafios e, assim, consiga desenvolver sua autonomia. Sabemos que toda pessoa aprende, mas isso pode ocorrer em ritmos diferentes e, quando se fala em autismo, a aprendizagem pode demorar ainda mais, de forma que:

Para uma criança autista há uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos, e as informações nem sempre se tornam em conhecimento. O grande foco da educação deve estar no processo de aprendizagem e não nos resultados, pois, nem sempre eles virão de maneira rápida e como esperamos. (Cunha, 2012, p. 31).

O TEA afeta muito a parte motora e estudos comprovam a ligação existente entre as partes sensorial e motora. De acordo com Paris (2000) como citado em Whitman (2015) a aprendizagem motora envolve uma fase cognitiva, na qual as informações são obtidas pelos sentidos, e uma prática, em que o *feedback* é usado para direcionar o desempenho, sendo assim, a pessoa com TEA pode apresentar dificuldades motoras por estarem relacionadas com a parte sensorial que é muito afetada. Para Whitman (2015 p. 63): “Problemas motores são frequentemente observados em crianças com autismo. Embora as capacidades motoras finas sejam mais afetadas que as capacidades motoras grossas, problemas em ambas as áreas são observados com frequência”.

Diante desse cenário, a Educação Física pode ajudar o aluno ou a aluna com TEA a desenvolver as habilidades que estão comprometidas através de atividades que possibilitem as práticas de maneira significativa. Os profissionais podem receber vários alunos autistas em suas turmas, sendo que cada um deles pode apresentar comportamentos diferentes, isso quer dizer que a maneira de trabalhar com eles também terá que ser diferenciada. Daí a importância de conhecer o aluno, observá-lo para então poder estabelecer prioridades. Segundo Cunha (2020), o professor reconhece as habilidades que o estudante possui e as que devem ser adquiridas e o estudante aprende a aprender. É preciso para tanto cativá-lo, provocando o seu desejo.

Nas últimas décadas tem se enfatizado o trabalho colaborativo, o qual envolve a participação de no mínimo dois professores, gestores e famílias para atingirem um objetivo comum que seria o desenvolvimento de alunos e alunas com algum tipo de deficiência, pois “possibilitam ao professor identificar as necessidades do estudante, analisar sua própria prática pedagógica e, com o apoio de outros profissionais e da família, definir um procedimento a ser utilizado para possibilitar maior sucesso ao ambiente escolar” (Seabra Junior & Costa, 2019, p.3).

Tal forma de trabalho requer um planejamento por parte dos envolvidos, é preciso ter encontros nos quais as pessoas possam conversar, relatar suas experiências, suas dúvidas, concordar ou até mesmo discordar das opiniões dos outros profissionais e juntos pensarem ações que sejam relevantes para o estudante.

A maioria dos alunos com TEA gosta de realizar as atividades e faz as tarefas com os demais colegas, porém é preciso uma atenção mais direcionada àquele aluno, destinar mais tempo para realizá-las, já que muitas vezes não vai fazer exatamente como foi solicitado, mas vai chegar próximo. Portanto, são muito importantes o incentivo e a ajuda do profissional e dos colegas para que o aluno autista continue tentando realizar as atividades. Dessa forma,

[...] o docente ainda terá algumas alternativas pedagógicas que poderão ajudá-lo: não se alterar e não valorizar as reações excessivas; redirecionar a atenção e a ação do aluno; falar baixo, manter o mesmo tom de voz e o contato visual; corrigir ensinando, não reprimindo; disciplinar a atividade e não imobilizar o aluno; ele precisa confiar no seu professor. Os alunos e alunas com TEA não permanecem por muito tempo na mesma atividade, por isso é importante as variações. (Cunha, 2020, p. 27).

Segundo Cunha (2020), o que se pretende hoje em dia é um sistema de ensino que aponte para uma proposta inclusiva nas escolas regulares e especiais. Por essa razão é importante considerarmos as leis que surgiram ao longo da caminhada para que se efetive a inclusão.

3.4 Leis que amparam as pessoas com TEA

Pode-se analisar que o Brasil tem avançado muito em relação às leis que amparam a pessoa com deficiência, porém é preciso estarmos atentos para que isso aconteça na prática, no sentido de que:

Para receber a pessoa com deficiência, a escola como um todo deve se preparar. De nada adianta a lei se esta não for cumprida. As escolas devem preparar sua estrutura física, seu pessoal (não somente os professores), planos de ensino e atividades previstas, e disponibilizar todos os recursos que este aluno pode necessitar, lembrando que esta escola deve ser inclusiva, oferecendo à pessoa com deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem e convívio que um aluno sem deficiência. (Dupin & Silva, 2020, p. 06).

Desde a primeira Constituição, em 1824, já era garantida a educação da pessoa com deficiência, mas não existiam locais para este atendimento. Após algum tempo, foram criadas escolas específicas para algumas deficiências como a Escola para Cegos, no Rio de Janeiro e, mais tarde, a Escola para Surdos, também no Rio de Janeiro. No Brasil, o atendimento ao deficiente teve seu início no tempo do Império, quando o imperador D. Pedro II construiu duas instituições, o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857 (Souza, 2020 como citado em Mazzotta, 2011).

Com o passar dos anos foram criadas novas instituições para o atendimento das pessoas com deficiência:

Em 1926, é criado o “Instituto Pestalozzi” em Porto Alegre e depois em Minas Gerais. Em 1948, Helena Antipoff funda, no Rio de Janeiro, a primeira Sociedade Pestalozzi do Brasil. Em 1950, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) mantinha convênio com a prefeitura de São Paulo. Em 1954, no Rio de Janeiro criou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE. (Souza, 2020, p. 5).

Em 1988, a Constituição Federal assegura a Educação como Direito Fundamental. No artigo 208, inciso III da Carta Magna é garantido o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Em 1994 ocorre a Declaração de Salamanca que veio para nortear muitas outras políticas públicas relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência. Dupin e Silva (2020, p.7): “A Declaração de Salamanca tem como objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais inclusivos”.

Em 1996 foi criada a Lei n. 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as bases da Educação Nacional. Segundo Carvalho et al. (2015), essa nova legislação foi baseada nos ideais de redemocratização. Passou, portanto, a dar autonomia para que as próprias escolas estabelecessem algumas de suas organizações e padrões de funcionamento. No que diz respeito à Educação Especial, podemos constatar que no capítulo V – Da Educação Especial, no Art. 58, consta que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2020, p. 40).

Como pode-se perceber, há uma relação entre a Educação Especial e o ensino regular, sendo que aquela capacita o aluno para que ele esteja incluído nesta.

Em 1999, ocorreu a instituição da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio do Decreto n. 3298/99, o qual regulamenta a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, consolida as normas de proteção e dá outras providências, assegurando o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. Em 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual pode ser resumida em uma sigla: AEE: “atendimento educacional especializado que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (Brasil, 2008, p. 16).

Já em 2015 foi instituída a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, p. 08).

Existem leis específicas ao TEA. Uma que é verdadeiramente um marco na luta e no avanço em relação aos direitos é a Lei Berenice Piana, a qual recebe o nome de uma ativista e mãe de autista que não se cansou de lutar pelos direitos de seu

filho e dos filhos e filhas de outras mães que muitas vezes não sabiam a que e a quem recorrer nos momentos em que mais precisavam. A lei a que nos referimos é a 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Essa lei instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabeleceu diretrizes para sua consecução (Brasil, 2012).

Muitas leis vão surgindo ao longo dos anos e alteram alguns itens de outras legislações com o intuito de beneficiar a pessoa com deficiência, é o que acontece com a lei 13.977 de 8 de janeiro de 2020.

Art. 1^o Esta Lei, denominada “Lei Romeo Mion”, altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita. (Brasil, 2020, p.1).

Referida normativa foi criada com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (Brasil, 2020).

No estado do Rio Grande do Sul há o Programa TEAcolhe, lançado em 5 de abril de 2021, através de decreto que prevê a criação de 30 Centros Regionais de Referência (CRR) e sete centros Macrorregionais de Referência (CMR) para organizar e fortalecer as redes municipais de saúde e de educação de assistência social no atendimento às pessoas com autismo e suas famílias.

Essas leis supracitadas envolvem muitos sentimentos, entre eles, um que nos chama a atenção, é a esperança, do qual muitas famílias precisam para que consigam seguir em frente na busca por dias melhores e por garantia de qualidade de vida de seus familiares com deficiência. Assim, é preciso que entendamos que a inclusão é uma conquista que perpassa por toda a sociedade, ou seja, todos somos agentes desse processo para que ele realmente aconteça.

4. Considerações Finais

A sociedade está em constante mudança, precisa-se estar preparada da melhor maneira para trabalhar com o novo ou com o diferente. No fazer docente surgem também os desafios, os quais nos colocam na posição de enfrentamento ou de acomodação. Na escola ocorre isso todo dia, há os que ultrapassam as barreiras e há os que se acomodam e, pensando naqueles que não desistem, é que este estudo tem seu objetivo maior, o de informar os profissionais envolvidos na prática da inclusão.

Portanto, ao possibilitar mais entendimento sobre a inclusão, sobre o seu real significado e, mediante o conhecimento sobre a deficiência dos alunos e das alunas, no caso, o TEA, e sobre as leis que amparam os direitos das pessoas com deficiência, acredita-se ser possível ao profissional nortear suas práticas, reconhecendo os benefícios da Educação Física na vida dessas pessoas. Ainda, essas informações poderão auxiliar os profissionais e demais interessados, instigando-os a buscar o conhecimento para que possam oferecer uma educação de qualidade a seus alunos e, ao mesmo tempo, possam aprender com o diferente.

Referências

- Alves, M. L. T., & Duarte, E. (2019). O aluno com deficiência na aula de Educação Física: Um olhar crítico sobre a inclusão. In M. L. S. Fiorini; R. V. Júnior., & M. L. T. Alves. *Educação Física, diversidade e inclusão: debates e práticas possíveis na escola*. Appris.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1996). LDB. 9394/1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil. (1999). Decreto nº 3298, de 20 de dezembro 1999. *Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.
- Brasil. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP.

- Brasil. (2012). Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
- Brasil. (2020). Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. *Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm#:~:text=1%20o%20Esta%20Lei%2C%20denominada,Ciptea%2C%20de%20expedi%C3%A7%C3%A3o%20gratuita.
- Carvalho, C. L., Salerno, M. B., & de Araújo, P. F. (2015). A educação especial nas leis de diretrizes e bases da educação brasileira: uma transformação em direção à inclusão educacional. *Horizontes-Revista de Educação*, 3(6), 34-48. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/5099>
- Cunha, E. (2012). *Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família*. Wak.
- Cunha, E. (2020). *Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – idéias e práticas pedagógicas*. Wak.
- Crochík, J. L. (2012). Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. In T. G. Miranda., & T. A. G. Filho. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares* (pp. 39-59). EDUFBA.
- Dupin, A. A. S. Q., & Silva, M. O. (2020). Educação Especial e Legislação brasileira: revisão de literatura. *Scientia Vitae*, 10(29), 65-79. <https://revistaifpsr.com/v10n297690.pdf>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Kirst, N. (2015). *O que é autismo e como reconhecê-lo*. Oikos.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* Moderna.
- Mazzota, M. J. S. (2011). *Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas*. Cortez.
- Mendes, E. G. (2017). Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In S. L. Victor; A. B. Vieira; & I. M. de Oliveira. *Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas* (pp. 60-83). Brasil Multicultural.
- Neto, A. D. O. S., Ávila, É. G., Sale, T. R. R., Amorim, S. S., Nunes, A. K., & Santos, V. M. (2018). Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, 31(60), 81-92. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>
- Seabra Junior, M.O., & Costa, C. R. (2019). Educação Física Escolar: Experiências de um trabalho colaborativo a partir de um contexto inclusivo. In M. L. S. Fiorini; R. V. Júnior; M. L. T. Alves. *Educação Física, diversidade e inclusão: debates e práticas possíveis na escola*. Appris.
- Sousa, L. M. (2020). Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. *Revista Bibliomar*, 19(1), 159-173. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636#:~:text=A%20an%C3%A1lise%20hist%C3%B3rica%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o,educa%C3%A7%C3%A3o%20desses%20sujeitos%20no%20pa%C3%ADs.>
- Whitman, T. L. (2015). *O desenvolvimento do Autismo*. M. Books do Brasil.